

**SANTA CASA DE MISERICORDIA DE  
ALCOUTIM**

**31 de Dezembro de 2018**

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM

Balço em 31 de Dezembro de 2018		Balço		
		UNIDADE MONETARIA (1)		
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2018	31 Dez 2017	Variancia
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	5	126.764,51	130.440,10	-2,82%
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00	0,00%
Propriedades de investimento	17.1	37.066,93	38.409,32	-3,49%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros	17.1	22.943,12	22.863,35	0,35%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados /Membros		0,00	0,00	0,00%
		<b>186.774,56</b>	<b>191.712,77</b>	<b>-2,58%</b>
<b>Ativo corrente</b>				
Inventários		0,00	0,00	0,00%
Clientes		0,00	0,00	0,00%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados /Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber	17.4	10.094,82	12.749,83	-30,82%
Diferimentos	17.5	992,81	779,51	27,36%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	17.7	67.630,59	82.680,11	-18,20%
		<b>78.718,22</b>	<b>96.209,45</b>	<b>-18,18%</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>265.492,78</b>	<b>287.922,22</b>	<b>-7,79%</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos Patrimoniais</b>				
Fundos	17.8	99.435,60	99.435,60	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		0,00	0,00	0,00%
Resultados transitados	17.8	66.967,70	70.474,02	-4,38%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	77.609,76	79.824,04	-2,77%
Resultado líquido do período	17.8	-4.195,10	-3.506,32	-19,64%
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>239.817,96</b>	<b>246.227,34</b>	<b>-2,60%</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	17.11	17.693,55	17.693,55	0,00%
		<b>17.693,55</b>	<b>17.693,55</b>	<b>0,00%</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	17.9	2.568,81	5.953,13	-56,85%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	17.10	193,14	782,54	-75,32%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados /Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	3.2.10	2.632,02	7.948,68	-66,89%
Diferimentos	17.5	623,50	4.956,00	-87,42%
Outras contas a pagar	17.11	1.963,80	4.360,98	-54,57%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		<b>7.981,27</b>	<b>24.001,33</b>	<b>-66,75%</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>25.674,82</b>	<b>41.694,88</b>	<b>-38,42%</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>265.492,78</b>	<b>287.922,22</b>	<b>-7,79%</b>

(1) - Euro

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		2018	2017	Variância
Vendas e serviços prestados	10	1.627,50	1.665,00	-2,25%
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	67.188,75	91.549,95	-26,61%
Variacão nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	17.14	-15.483,83	-21.394,74	27,63%
Gastos com o pessoal	15	-33.705,78	-42.839,59	21,32%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor	17.15	-340,26	1.408,89	####
Outros rendimentos e ganhos	17.15	17.488,44	18.240,75	-4,12%
Outros gastos e perdas	17.16	-36.193,31	-47.565,98	23,91%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		581,51	1.064,28	-45,36%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-5.290,98	-5.202,54	-1,70%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-4.709,47	-4.138,26	-13,80%
Juros e rendimentos similares obtidos	17.18	514,37	632,67	-18,70%
Juros e gastos similares suportados	17.18	0,00	-0,73	100,00%
Resultados antes de impostos		-1.195,10	-3.506,32	-19,64%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		0,00	-3.506,32	-19,64%

(1) - Euro



## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

"Santa Casa de Misericórdia de Alcoutim", contribuinte fiscal número 501813659, instituição sem fins lucrativos, com sede em rua da Misericórdia, 12 em Alcoutim. Tem como actividade o apoio social sem alojamento, C.A.E. 88990.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que houvesse comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012. As Demonstrações Financeiras de 2018, preparadas aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL, tem, assim, comparabilidade com as dos exercícios anteriores.

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos"

##### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### **3.2.2. Bens do património histórico e cultural**

Não se aplica.

### **3.2.3. Propriedades de Investimento**

Incluem edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

### **3.2.4. Ativos Intangíveis**

Não se aplica.

### **3.2.5. Investimentos financeiros**

As participações são registadas pelo custo de aquisição, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

### **3.2.6. Inventários**

Não se aplica.

### **3.2.7. Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Não se aplica

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.9. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são

reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### **3.2.10. Financiamentos Obtidos**

Financiamentos obtidos, em forma de subsídio/protocolos, das seguintes entidades:

- Município de Alcoutim: €58.931,95
- IEFP: €9.495,14

#### **3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos**

Os valores reconhecidos correspondem a retenção do imposto sobre rendimentos de trabalho dependentes, contribuições para a segurança social e outras tributações.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5. Ativos Fixos Tangíveis**

- Movimentos ocorridos nas rubricas do activo fixo tangível e nas respectivas depreciações, conforme mapas seguintes:

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018



Costos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
<b>Costo</b>						
Terras e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	87.087,51	0,00	0,00	0,00	0,00	87.087,51
Equipamento básico	2.547,24	0,00	0,00	0,00	0,00	2.547,24
Equipamento de transporte	5.580,80	0,00	0,00	0,00	0,00	5.580,80
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	88.205,16	0,00	0,00	0,00	0,00	88.205,16
Outros ativos fixos tangíveis	1429,75	135,00	0,00	0,00	0,00	1564,75
<b>Total:</b>	<b>204.850,45</b>	<b>135,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>204.850,45</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Terras e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	23.239,77	1994,42	0,00	0,00	0,00	25.234,19
Equipamento básico	2.547,24	0,00	0,00	0,00	0,00	2.547,24
Equipamento de transporte	5.580,80	0,00	0,00	0,00	0,00	5.580,80
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	80.489,91	1849,77	0,00	0,00	0,00	82.339,68
Outros ativos fixos tangíveis	1567,75	135,00	0,00	138,00	0,00	1564,75
<b>Total:</b>	<b>133.353,47</b>	<b>3.948,99</b>	<b>0,00</b>	<b>138,00</b>	<b>0,00</b>	<b>137.904,06</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>						
Terras e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Costos e Depreciações Acumuladas</b>						
<b>Costo</b>						
Terras e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	86.251,11	976,49	0,00	0,00	0,00	87.227,60
Equipamento básico	2.547,24	0,00	0,00	0,00	0,00	2.547,24
Equipamento de transporte	5.580,80	0,00	0,00	0,00	0,00	5.580,80
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	82.958,91	5.248,24	0,00	0,00	0,00	88.207,15
Outros ativos fixos tangíveis	1429,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1429,75
<b>Total:</b>	<b>198.767,81</b>	<b>6.082,64</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>204.850,45</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Terras e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	21490,82	1748,25	0,00	0,00	0,00	23.239,07
Equipamento básico	2.547,24	0,00	0,00	0,00	0,00	2.547,24
Equipamento de transporte	5.580,80	0,00	0,00	0,00	0,00	5.580,80
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	76.327,06	2771,10	0,00	0,00	0,00	80.489,91
Outros ativos fixos tangíveis	1567,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1567,75
<b>Total:</b>	<b>129.493,32</b>	<b>3.869,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>133.353,47</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>						
Terras e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**6. Ativos Intangíveis**

Não se aplica

**7. Locações**

Não se aplica

**8. Custos de Empréstimos Obtidos**

Não se aplica

**9. Inventários**

Não se aplica

**10. Rédito**

Para o período de 2018 foram reconhecidos Réditos no valor de €1.627,50, sendo:

- Quotizações: 1.402,50
- Serviços Secundários: 225,00

**11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Provisões

Passivos contingentes

Ativos contingentes

**12. Subsídios do Governo e apoios do Governo**

**13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

**14. Imposto sobre o Rendimento**

**15. Benefícios dos empregados**

- Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.
- Número médio de pessoas ao serviço nos quadros da Instituição: 2



## **16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## **17. Outras Informações**

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### **17.1. Investimentos Financeiros**

No exercício de 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

- Participações de capital: €1745,80
- Outros investimentos financeiros: €21.197,32

### **17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros**

### **17.3. Clientes e Utentes**

### **17.4. Outras contas a receber**

A rubrica "Outras contas a receber" apresentava, em 31 de Dezembro de 2018, o saldo de €10.094,82 :

### **17.5 Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2018 a rubrica "Diferimentos", no valor de 369,31 euros, englobava os seguintes saldos:

- Outras despesas com custo diferido: €992,81
- Outros rendimentos a reconhecer: €623,50

### **17.6 Outros Ativos Financeiros**

- Não se aplica

### **17.7 Caixa e Depósitos Bancários**

Constituição da rubrica "Caixa e Depósitos Bancários" a 31 de Dezembro de 2018:

- Caixa: €258,88
- Depósitos à ordem: €6.550,70
- Outros depósitos: €60.821,01

### 17.8 Fundos Patrimoniais

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos da seguinte forma:

- Fundos: €99.435,60
- Resultados transitados: €66.967,70
- Outras variações patrimoniais: €77.609,76
- Resultado líquido do período: € (4.195,10)

### 17.9 Fornecedores

O saldo composto pela conta Fornecedores c/c, €2.568,81.

### 17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" é composta pelo saldo da conta :

- Contribuições segurança social: 193,14€ (contribuições de dezembro de 2018 a pagar em janeiro de).

### 17.11 Outras Contas a Pagar

- Fornecedores de Investimentos: €17.693,55, passivo não corrente;
- Devedores e Credores por Acréscimos: €1.963,80, passivo corrente

### 17.12 Outros Passivos Financeiros

- Não se aplica.

### 17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

- A Entidade reconheceu, no período de 2018, subsídios, doações, heranças e legados no valor total de €67.188,75, sendo:
- Município de Alcoutim: €53.361,11
- IEFP: €13.827,64

### 17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos", no valor total de €15.483,83 é:

- Serviços especializados: €9.039,72

P  
A

- Materiais: €686,70
- Energia e fluidos: €254,37
- Deslocações e estadas: €4.300,90
- Serviços diversos: €1.202,14

### 17.15 Outros rendimentos e ganhos

Rubrica de "Outros rendimentos e ganhos", €17.488,44, a saber:

- Rendimentos suplementares: €531,67
- Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros: €14.224,00
- Outros - Imputação de subsídios para investimento: €2.214,28
- Outros - €518,49

### 17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica "Outros gastos e perdas", €36.193,31, é composta por:

- Quotizações: €60,00
- Donativos: €450,00
- Correções relativas a períodos anteriores: €443,31
- Outros (benefícios processados): €35.240,00

### 17.17 Resultados Financeiros

Foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

- Gastos: 0,00
- Rendimentos: €514,37

### 17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Alcoutim, 16 de Março de 2019



ACC  
(7456)



## Relatório de Atividades de 2018

Terminado o ano económico de 2018 e não obstante apresentar um saldo negativo de 4.195,10€ (quatro mil cento e noventa e cinco euros e dez cêntimos), a situação financeira da Santa Casa da misericórdia de Alcoutim continua a ser saudável. Este saldo negativo deve-se ao facto de termos saldado a dívida com a dentista no valor de aproximadamente 4.000,00€ (quatro mil euros). Esta dívida só agora foi saldada porque aguardámos por um subsídio que havia sido prometido pelo município desde 2009 e que não tendo sido atribuído, nos obrigou a fazer o pagamento integral da importância atrás referida.

O ano de 2018 terminou apresentando um total de Gastos de 91.016,16€ (noventa e um mil e dezasseis euros e dezasseis cêntimos) e de Proveitos no valor de 86.821,06€ (oitenta e seis mil oitocentos e vinte e um euros e seis cêntimos).

Foi sobretudo a execução de protocolos que temos como o Município que permitiu apresentar estes resultados uma vez que a Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim não tem quaisquer valências.

Os Protocolos e/ ou Acordos de Colaboração que foram executados, com O município de Alcoutim, foram os seguintes:

- Acordo de Colaboração para assistência dos Municípes ao nível da Saúde Oral;
- Acordo de Colaboração para a receção de Emissões Televisivas a sete povoações do concelho;



- Acordo de Colaboração para a Manutenção da viatura utilizada na realização de funerais;
- Protocolo de Integração Profissional de Munícipes de maior vulnerabilidade à exclusão social – Paróquias.
- Acordo de Colaboração da Fisioterapia;

O contrato de CEI+ assinado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional em julho de 2017, durou até julho de 2018 permitindo-nos proporcionar ocupação a cinco munícipes.

Tal como em anos anteriores e no que toca à animação fizemos a nossa habitual excursão e o almoço de Natal, estivemos presentes nas festas de Alcoutim com a Quermesse e atribuímos a famílias carenciadas que se nos dirigiram os apoios que nos foram solicitados e que achámos convenientes, sendo de realçar que os pedidos foram em menor número do que no ano anterior.

O Provedor:

O Secretário:

O Tesoureiro:

— Ata da reunião ordinária da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim —

— Aos vinte e um dias do mês de março, do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, no salão polivalente sito na rua D. Sancho II, presidido pelo irmão Miguel Joaquim Madeira Rodrigues, e secretariado pela irmã Suzete Adelaide Alexandre Pinto Barão, conforme o artigo 20.º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, com a seguinte ordem de trabalhos: —

Ponto um: Discussão e votação do Relatório de Atividades e Conta de Gerência do ano de dois mil e dezoito. —

Ponto dois: Assuntos diversos. —

— Aberta a sessão pelas dezassete horas e trinta minutos, com a presença de vinte e três irmãos dos duzentos e trinta e nove inscritos na Instituição, pelo que decorrido trinta minutos a sessão funcionou legalmente conforme a convocatória que dizia: "A Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória ~~que dizia~~, digo, se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças, desde que tal cominação seja determinada na convocatória.", de acordo com o artigo 24.º n.º 1 do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim. —

— Foi lida, pelo Senhor Presidente da Assembleia a ata da reunião anterior e colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. —

— Lida a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Provedor, que passou a apresentar o ponto número um, Conta de Gerência e Relatório de Atividades do ano de dois mil e dezoito, referindo o total dos rendimentos: oitenta e seis mil oitocentos e vinte e um euros e seis centimos, dos gastos: noventa e um mil e dezasseis euros e dezasseis centimos, verificando-se um resultado líquido negativo do exercício de quatro mil cento e noventa e cinco euros e dez centimos. —

— O saldo bancário a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito era de noventa e um mil e sessenta e oito euros e trinta e quatro centimos distribuídos pelas instituições bancárias a seguir discriminadas: Caixa Geral de Depósitos, Conta Geral, à ordem: Oitocentos e noventa e nove euros e dez centimos; Caixa Geral de Depósitos, conta dos protocolos à ordem: oito mil e dez euros e trinta e cinco centimos; na Caixa Gest Liquidez: cinquenta e três mil novecentos e trinta e três euros e vinte e quatro centimos; Caixa Aforro Poupe mais: seis mil oitocentos e oitenta e sete euros e setenta e sete centimos; Obrigações do Tesouro: vinte e um mil e sessenta e quatro euros; em numerário como fundo de manuseio: duzentos e setenta e três euros e oitenta e oito centimos. —

— Relativamente ao relatório de Atividades de dois mil e dezoito, o Senhor Provedor mencionou que as principais atividades da Santa Casa, continuaram, como nos anos anteriores,

a serem desenvolvidas através de protocolos existentes com o Município de Alcoutim, os quais se enunciam em seguida:

- Protocolo de Integração Profissional de Municípios de maior vulnerabilidade à exclusão social - paróquias, o qual foi denunciado em dezembro de dois mil e dezoito;

- Acordo de colaboração para assistência dos Municípios ao nível da Saúde Oral;

- Acordo para a redução de Emissões televisivas a sete povoações do concelho;

- Acordo de colaboração para a manutenção da viatura utilizada na realização de funerais;

- Acordo de colaboração da Fisioterapia, o qual terminou em julho de dois mil e dezoito;

— Além destes protocolos a Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim continua a realizar a viagem/peregrinação aos irmãos da Santa Casa Casa, assim como um almoço convívio na época do Natal e continua a colaborar nas festas de setembro do concelho com a quermesse.

— Foi também referido, pelo Senhor Provedor, que o contrato de Emprego Inserção mais, assinado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional em julho de dois mil e dezassete e que ocupou cinco municípios, terminou em julho de dois mil e dezoito.

— No que se, ~~refere aos~~ digo, refere aos apoios e subsídios entregues a municípios do concelho que se encontrem em situações graves de dificuldades económicas, a Santa Casa da Misericórdia presta esse apoio com ajuda material e produtos de mercearia/alimentícios.

— Exposto o Relatório de Atividades e as Contas de Gerência da Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim do ano de dois

mil e dezente, o Senhor Presidente colocou os mesmos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade. —

— No ponto dois, assuntos diversos, o Senhor Provedor relembrou os irmãos que a viagem/peregrinação deste ano encorocera mais encargos porque a Câmara Municipal vai cobrar o aluguer do autocarro, mas que na mesma iremos fazer o itinerário para a realização da mesma e também apelou a todos para darem opiniões sobre locais a visitar. Informou ainda que foi pedido um Orçamento a Construtor António Gonçalves para a realização de uma pequena obra no espaço que era antigamente a cozinha, na sede da Santa Casa, para uma sala de reuniões.

Esse orçamento aprovado pela Mesa Administrativa tem o valor de mil cento e setenta e cinco euros. Neste momento já estão a decorrer as obras. Ainda foi pedido orçamentos a duas carpintarias para a elaboração de três armários necessários para o arquivo de pastas e arquivamento de outros materiais.

— Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelas dezasseis horas e trinta minutos, da qual se mandou levantar a presente ata que, vai ser assinada pelo Senhor Presidente, Miguel Joaquim Madeira Rodrigues e eu, Suzete Adelaide Alexandro Pinto Barão, que a Secretária subscreevi e assino. —

O Presidente: Miguel Joaquim Madeira Rodrigues

A segunda Secretária: Suzete A. P. Barão

— Ata número um de dois mil e dezanove —

— Aos dezanove dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas, nesta vila de Alcoutim e Santa Casa da Misericórdia, em sessão ordinária, reuniu o Definitório desta instituição estando presentes os seus membros efetivos: Presidente - Virgínia Maria Ginja Campos e primeiro membro efetivo - Francisco Henriques Dias Pedro um ponto único na ordem de trabalhos: —

— Apreciação da Conta de Gerência e Relatório de Atividades, referentes ao exercício do ano de dois mil e dezoito.

— Foi aberta a sessão pela senhora Presidente a qual examinou os elementos da contabilidade, verificando a sua exatidão, assim como o cumprimento dos seus estatutos, tendo deliberado o seguinte: —

— Parecer do Definitório —  
(Conselho Fiscal)

— Dando obediência ao preceituado nos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, cabe ao respetivo/Definitivo, digo, Definitório apresentar o parecer sobre a Conta de Gerência e Relatório de Atividades da Mesa Administrativa respeitante ao exercício de dois mil e dezoito.

— Após uma análise cuidada dos elementos e com conhecimento da atividade da mesa, o

Definitório deliberou por unanimidade, propor  
à Assembleia - Geral, que aprova o relatório  
de Contas da Mesa Administrativa, referente  
ao exercício de dois mil e dezito. —

— E não havendo nada mais a tratar se  
encerra a presente sessão e dela foi lan-  
çada a presente ata, que depois de lida em  
voz alta, apreciada, votada e achada  
conforme, vai ser assinada por todos  
os que nela intervieram. —

A Presidente: Virgínia Ginja Campos —

O primeiro efetivo: Francisco Henriquez Dias Pedro,